



AGROECOLOGIA EM REDE E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Agroecological network and the strengthening of family farming

Jozane Lima Santiago¹

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe²

Albejamere Pereira de Castro³

Jalil Fraxe Campos⁴

Resumo: Os sistemas de produção baseados no saber e nos conhecimentos resultam em agroecossistemas complexos e diversificados. Neste sentido, entende-se que é imprescindível pensar em diferentes formas de intervenção para a região, além dos aspectos produtivos e econômicos. O Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Faculdade de Ciências Agrárias/Universidade Federal do Amazonas, ao longo de 14 anos, vem trabalhando intensivamente por meio de projetos de pesquisa e extensão, a formação agroecológica em comunidades rurais. Nesse sentido, objetivou-se sistematizar as experiências agroecológicas do NUSEC com o intuito de elaborar subsídios pedagógicos para apoiar processos participativos de fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. O trabalho com as comunidades rurais foi realizado por meio de reuniões, vivências, oficinas. Pode-se inferir que, com base nos resultados e avaliação das experiências vivenciadas pela equipe educadora, pode-se chegar a lições apreendidas e se apontarem aspectos relevantes para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento das unidades agroecológicas. O comprometimento das pessoas envolvidas foi um dos aspectos importantes observado, pois o que se busca é a gestão efetiva da Unidade Agroecológica.

Palavras-chave: Produção agroecológica. Metodologia participativa. Extensão rural.

Abstract: The production system based on the knowledge and traditional activities result in complex and diversified agroecosystems. In this way, it's known that is indispensable to think in different ways of intervention in the region, further productive and economics aspects. The socioeconomic nucleus (NUSEC) of Agricultural Science Faculty of the Federal University of Amazonas, in the last 14 years, has been working intensively by extension and research projects for agroecological capacitation in rural community. In doing so, it has as goal to systematize the agroecological experiences of NUSEC as objective to elaborate pedagogical tools and products they will support participative process of strengthening family farming of agroecological purposes. The research with the communities were done in meetings, experience, and workshops in situ. It can be inferred that based on the results and evaluation of the experiences lived by the educating team we could get some lessons learned and point relevant aspects for the planning of agroecological units. The commitment of the people involved was one of the important aspects observed, because what is sought is the effective management of the agroecological unit.

Key-words: Agroecological production. Participatory methodology. Rural extension.

Como citar este artigo: SANTIAGO, J. L.; FRAXE, T.J. P.; CASTRO, A. P. DE, CAMPOS, J. F. Agroecologia em rede e o fortalecimento da agricultura familiar. *Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 12–22, Número especial, 2017.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professora de Sociologia Rural/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: jozaneagroecologia@gmail.com

² Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: tecafraxe@uol.com

³ Doutora em Agronomia Tropical. Professora de Extensão Rural da Faculdade Ciências Agrárias/UFAM. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: albejamere@yahoo.com.br

⁴ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: jfraxe@gmail.com

Introdução

O modo de vida específico dos grupos sociais da região amazônica, bem como sua complexidade organizacional, envolvem relações de sociabilidade que promovem o aproveitamento múltiplo e comum dos recursos naturais disponíveis e a percepção na compreensão de um território marcado por representações materiais e simbólicas. Tais relações são permeadas por uma racionalidade coletiva, conservacionista e de adaptabilidade às sazonalidades que marcam seus modos de vida e suas ações socioambientais enquanto sujeitos políticos, porém, carecem de protagonismo político participativo.

A preocupação acerca de políticas públicas para o desenvolvimento no plano regional trouxe, historicamente, reflexões em torno de modelos que possibilitassem desenvolvimento social e econômico, este último como sendo, essencialmente, o processo histórico de crescimento sustentado da renda – implicando na melhoria do padrão de vida da população de um determinado território – que corrobora para a sistemática acumulação de capital e incorporação de conhecimento ou progresso técnico ao modo de produção (BRESSER-PEREIRA, 2006). Nestes termos, a inquietude acerca do desenvolvimento regional se dá sob a prerrogativa de articular progresso de tecnologias adequadas ao meio amazônico e modos de produção, apropriação e gestão dos recursos naturais locais.

Para Little (2000), abordar o desenvolvimento local deve corresponder às necessidades específicas de cada espaço, o que acaba nos remetendo a outra questão de suma importância que é considerar os conhecimentos tradicionais em cada etapa do processo desenvolvimentista. Tal atitude de reconhecimento se dá no sentido de se buscar a dinamização das organizações sociais e sua produção de forma coerente com suas especificidades e modos de vida e trabalho.

Assim se deu a proponentia ao projeto Pró-Rural⁵ para atuar na linha transversal de “Fortalecimento das Organizações Sociais e Identificação de Mercados Potenciais visando a Sustentabilidade em Comunidades Rurais do Amazonas – OSIM”, refletindo em novas estratégias que potencializem a apropriação dos recursos naturais de maneira a incorporar outra racionalidade, que articula a capacidade de produção e desenvolvimento em correlação com a criação de mercados locais, aliado ao crescente fortalecimento da organização social de moradores rurais e cidadãos da região (NUSEC, 2015).

A importância do fomento aos mercados locais ou aos denominados circuitos curtos de comercialização para o desenvolvimento regional converge a um movimento contrário à hegemonia salientada por Santos (2001), em que o mercado que é reconhecido como global, sob o contexto da globalização mundial, e nos é apresentado como sendo capaz de homogeneizar, em sua essência, acaba por aprofundar as diferenças locais. A expansão das redes de supermercados nas grandes metrópoles brasileiras e o forte apelo midiático destes grupos modificaram padrões de consumo e também de alimentação. Da mesma forma, a chegada dos *fast foods* entre os anos 80 e 2000 no Brasil, introduziram novos hábitos alimentares em convergência a um estilo de vida urbano-industrial, onde as pessoas tem pouco tempo para preparar suas refeições ou cuidar das compras de casa.

⁵ Pertencente ao Programa Amazonas Rural, da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR).

Desta forma, a conveniência dos supermercados e *fast foods* redefiniu o consumo nas grandes metrópoles e, conseqüentemente, o modo de produção dos alimentos, que passaram a seguir uma lógica industrial aliada à tecnologia de ponta para melhoramento genético de sementes e controle de pragas, a fim de aumentar a produtividade para atender às demandas de mercado a custo de monoculturas e desmatamento de grandes áreas para pastagem – para não citar outros efeitos devastadores sobre a conservação de recursos naturais essenciais, a saúde humana e aumento das desigualdades sociais e da insegurança alimentar no mundo. As feiras são as principais responsáveis em abastecer as cidades e a conectar o mundo rural e o urbano.

A origem das feiras remonta à expansão do mercantilismo europeu ao final da Idade Média, consolidando-se no século XI. Remete também à origem das cidades conhecidas como burgos e ao desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo devido à abertura de grandes rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente (ANJOS et al 2005).

No caso brasileiro, a origem das feiras confunde-se com a própria história nacional. Desde o período do “Brasil colônia” elas multiplicaram-se assumindo papéis fundamentais, não apenas no abastecimento alimentar dos primeiros adensamentos humanos, mas como elemento fundamental que estrutura a própria organização social e econômica das populações (Idem, 2005, p. 17).

Apesar da consolidação das redes de varejo no Brasil a partir da década de 60, as feiras persistem no tempo. De acordo com Anjos et al (2005) a persistência das feiras nas sociedades contemporâneas justifica-se a) pelas relações sociais mais próximas e afetivas estabelecidas entre consumidores e feirantes; b) pelo atendimento a um extrato da população com menor poder aquisitivo; c) possibilidade de negociação de preço. Logo, não apenas a comercialização, mas as mais variadas formas de sociabilidade contribuem para a existência das feiras. Destaca-se também a função social das feiras ao incentivarem o fortalecimento da agricultura familiar, tendo em suas cidades de realização o apoio de secretarias municipais e estaduais de produção e abastecimento, gerando oportunidades de emprego e renda.

No sentido do desenvolvimento econômico-produtivo, os maiores entraves dos agricultores amazonenses organizados em seus grupos locais são os relacionados à logística de escoamento produtivo e acesso a mercados para comercialização direta, gargalos que, juntos, servem de alibi para a inserção de intermediários em diversas etapas da cadeia produtiva agroextrativista local, os popularmente reconhecidos como *atravessadores*. A fim de mitigar tais dificuldades, uma das principais ações do Pró-Rural foi consolidar a realização da Feira da Produção Familiar AGROUFAM, uma iniciativa do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Além de buscar fortalecer as políticas públicas estaduais para a agricultura familiar e de propor o encurtamento da cadeia comercial e agregação de valor aos produtos agroextrativistas, a AGROUFAM está na convergência de alguns movimentos contra hegemônicos das sociedades ocidentais, que visam, através de localismos, promover mudanças globais nas formas de consumo, a partir da sustentabilidade econômica e ambiental. Ocorre que, inicialmente, a AGROUFAM é uma feira mista, cujos feirantes realizam tanto a agricultura convencional quanto a ecológica. Um dos

principais objetivos do projeto no qual esta feira se insere é realizar, paulatinamente, a transição de seus produtores convencionais para uma agricultura com base nas práticas agroecológicas.

A Agroecologia é entendida por Caporal e Costabeber (2004) a partir de um enfoque sistêmico, considerando processos minerais, energéticos, biológicos e socioeconômicos para a transformação de ecossistemas em agroecossistemas, isto é, fazer a transição do atual modelo de agricultura convencional para modelos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 11-12). Esta transição ocorre gradualmente de forma multilinear, sendo um processo de transformação social no trato com a conservação e manejo dos recursos naturais (Idem, 2004).

Realizada inicialmente em caráter experimental em 2011, o ideal de estabelecer a AGROUFAM como evento permanente no calendário mensal da Universidade se concretizou em 2014, e desde então as edições ocorrem às primeiras quintas e sextas-feiras de cada mês, no saguão do prédio da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da UFAM, na cidade de Manaus. A Feira se configura como um espaço de comercialização direta e valorização de produtos regionais provenientes da agricultura familiar amazonense, privilegiando produtores que se orientam por práticas produtivas agroecológicas.

O presente artigo deve suscitar reflexões acerca de ações voltadas à melhoria da comercialização e fortalecimento da produção e das práticas agroecológicas, firmando-se tanto como alternativa econômica quanto como forma de resistência dos povos tradicionais da Amazônia, além de alternativa ao insustentável modelo de agricultura moderna e convencional que se impõe aos agricultores familiares com a promessa de melhorar a produtividade e os lucros dos produtores familiares face às intempéries da natureza, sobretudo na Amazônia onde a dinâmica de enchente e vazante dos rios demanda habilidade para superar a dificuldade de produzir, colher e escoar a produção em área de várzea.

Referencial Teórico

Agroecossistemas amazônicos

A agricultura familiar, na Amazônia, se caracteriza como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos. Os critérios utilizados pelos agricultores amazônicos para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na agricultura familiar não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente, atender as necessidades básicas da família. Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência.

A agricultura na Amazônia é baseada em sua maioria, na unidade de produção assentada na mão-de-obra familiar. Para compreender os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar é necessário conhecer os tipos de famílias existentes. Segundo Wolf (1970), existem diversos tipos de famílias, mas que estão estruturadas basicamente em nucleares (compostas exclusivamente pelos cônjuges e sua prole) ou extensas (que agrupam em uma única estrutura outras famílias nucleares em número variado).

Desta forma, o modo de vida dos agricultores familiares da Amazônia constituído por indígenas, caboclos e ribeirinhos advém do seu conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme do uso e manejo dos recursos naturais da região, este conhecimento foi adquirido por meio de um processo adaptativo e renovado através do seu cotidiano e repassado pelas sucessivas gerações. As populações indígenas desenvolveram sistemas de produção de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região, denominado atualmente de sistemas agroflorestais.

Os sistemas agroflorestais tradicionais na Amazônia são caracterizados pelo sítio, roça, capoeira e floresta, espaços importantes para a agricultura familiar que, permeadas pela polivalência de trabalhos (extrativismo vegetal e animal e a criação animal), são responsáveis pela sobrevivência dos agricultores e a sustentabilidade dos agroecossistemas amazônicos.

Ao se considerar o agroecossistema como unidade metodológica, é impreterível que se adote uma metodologia onde se considere toda a cadeia trófica, bem como as relações de manutenção de energia, os conhecimentos locais e as dimensões que pautam a sustentabilidade: econômicas, sociais, ambientais, culturais, éticas, estéticas e políticas.

O planejamento e condução de metodologias adequadas e apropriadas ao ambiente amazônico pode ser o elemento diferenciador na caminhada em direção à sustentabilidade.

Feira na Universidade: função social e espaço dialógico

As feiras de produtores familiares, agroecológicos ou não, enquadram-se de forma justa à ideologia de uma técnica de cultivo sustentada em si mesmo, além de convergir com o sistema de circuitos curtos de comercialização e, de forma mais abrangente, aos ideais da economia solidária. Há quem aponte as dificuldades dos agricultores familiares em torno da manutenção de certa homogeneidade de produtos, porém, acredita-se que a diversidade embutida nos tratos culturais da agricultura natural seja um dos pontos cruciais para um movimento contra-hegemônico, divergindo do estabelecido mercado de commodities e de produtos com a aparência de natureza morta, tamanha artificialidade de cores, tamanhos, texturas e lustrosidade.

Ao explicar sobre as contradições do mundo globalizado, Santos (2001) aponta haver uma busca por uniformidade, partindo do mercado homogeneizador que se faz a serviço dos atores hegemônicos, estimulando o culto ao consumo, porém o reflexo disto nas sociedades locais é o de desunião e aprofundamento das desigualdades. A formação destas identidades hegemônicas reflete em grupos minoritários, como os da agricultura familiar. Porém, pode haver atos de resistência desses grupos em suas lutas políticas e sociais. A este movimento de resistência e sobrevivência de grupos minoritários, no seio da globalização hegemônica, Santos (2005) chama de movimento “contra-hegemônico”. O autor acredita em diferentes e contraditórios processos de globalização em curso posto que a própria globalização “se transforma num campo de contestação social e política” (p. 59). A contra-hegemonia leva à reflexão dos diversos efeitos da globalização sobre as minorias a partir do entendimento de que estes grupos não se encontram isolados, mas que podem reorganizar-se estrategicamente dando respostas alternativas às constantes pressões globais.

Atenta-se para o fato de que as transformações ocorridas na agricultura familiar mediante a implementação de políticas públicas e pacotes tecnológicos no Amazonas, desde a Era da Borracha até os dias atuais, podem guardar estratégias de sobrevivência aos modelos globais de desenvolvimento.

Transição agroecológica como garantia de segurança e soberania alimentar

Sabidamente, em grande parte da história econômica e agrícola brasileira, desde o Brasil colônia até o presente, a agricultura familiar foi um segmento abafado pela economia primária exportadora, privilegiada não somente por sua extensão, influência política e herança fundiária, como também pelas políticas de governo que subsidiam e incentivam os mais capitalizados e produtivos, visando o mercado internacional para fins de ajustes ao equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

Somente a partir de meados da década de 80, após a redemocratização do país, é que passa a ser possível acompanhar as declaradas reivindicações dos movimentos sociais de agricultores e agricultoras pela criação e implementação de políticas públicas voltadas ao setor. O movimento mais emblemático surgido desta época, oficialmente em 1984, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, dentre outras demandas, reivindicam historicamente a realização da sonhada reforma agrária no país.

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo. Tal concentração, juntamente com a improdutividade das mesmas, possuem raízes históricas, que remontam ao início da instalação definitiva dos portugueses no século XVI, onde a combinação do plantio de monoculturas para exportação às metrópoles e regime escravocrata de trabalho estabeleceu as raízes da desigualdade socioeconômica característica do país até o presente (MST, 2014).

Somente após dez anos, em 1999, é que se retoma o projeto de implantação de um órgão federal específico para lidar com as questões de reforma agrária e agricultura familiar, tendo sido criado o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, que se tornaria, após um ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tal qual é conhecido atualmente.

Paradoxalmente, neste meio tempo em que não houve organismo federal voltado especificamente a atender este segmento, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁶, o PRONAF. A partir de sua popularização, o cenário político dos pequenos agricultores começa a se fortalecer de forma efetiva.

O MDA tem como competências, segundo seu regimento, os assuntos relativos à “reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, além de exercer competências extraordinárias relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal”. (BRASIL, 2003). Compete à ele ainda as ações de fomento à assistência técnica e extensão rural, ao crédito e financiamentos rurais, à comercialização, ao seguro produtivo, e à agroecologia e produção orgânica.

Como um passo ainda maior para o reconhecimento do valor econômico e social da agricultura familiar, o Estado brasileiro sancionou a Lei nº 11.326/2006, que

⁶ Decreto nº 1.946, de 28/06/96.

estabelece a conceituação e princípios base para a formulação de políticas públicas direcionadas ao segmento (BRASIL, 2006).

Como convenientemente afirma Moruzzi (2010), a defesa conferida à agricultura tradicional e suas técnicas naturais de cultivo não nos corresponde a um regresso ao passado, tal como supõem os defensores ao modelo dominante atual, considerado moderno. Sugere-se, ao contrário, uma retomada de certos valores de modo a contestar as contradições do presente a fim de reconstruir o futuro (MORUZZI, 2010).

Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica adotada foi participativa, tendo como referência um conjunto de métodos e ferramentas conhecido como a metodologia DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico, porém no DRP não se pretende apenas colher dados dos participantes, mas, sim, que estes possam iniciar um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. Logo, no grupo focal estiveram presentes os membros dos grupos representativos das comunidades onde os mesmos puderam fazer um auto-diagnóstico sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade (VERDEJO, 2006).

A partir dessa abordagem, o trabalho com as comunidades rurais foi realizado por meio de reuniões, vivências, oficinas. Nesses espaços foram apresentados e discutidos os objetivos dos projetos e foram desenhadas unidades coletivas para a aprendizagem das práticas agroecológicas. Estas unidades agroecológicas constituem-se em sistemas de produção fundamentados em cultivos e criações diversificados, ciclagem de nutriente e manutenção da agrobiodiversidade.

Resultados e discussão

AGROUFAM: tecendo a rede das práticas agroecológicas

A disseminação das práticas agroecológicas e o surgimento de feiras agroecológicas são considerados, de acordo com este contexto, movimentos da contra-hegemonia. Além da importância do espaço da AGROUFAM para a conscientização do público às novas formas de consumo e de relação com os alimentos – no intuito de fomentar uma cultura de respeito às sazonalidades produtivas e as características naturais do produto, e, portanto, contrária à homogeneização e hegemonização – a feira objetiva ser um espaço alternativo de comercialização de caráter direto no município de Manaus, quiçá tornar visíveis os conhecimentos tradicionais dos agricultores amazônicos e a contribuição dos mesmos para formas agroecológicas de produção. Por meio desta feira, a UFAM estreita os laços com as comunidades do interior do Amazonas e cumpre a integração entre ensino-pesquisa-extensão, função que se espera de uma Universidade.

Neste contexto, a disseminação das práticas agroecológicas por meio de uma feira que tem como caráter prestar assessoria para a transição agroecológica, leva ao reflexo sobre o uso de insumos agrícolas nas propriedades rurais do Amazonas, como os agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas e a introdução de outras culturas alimentares, inclusive sob a forma da monocultura.

A soberania alimentar, por sua vez, é um processo de construção social pautada nos princípios de tratar a comida como algo além de mera mercadoria. Sendo assim, os produtores de alimentos devem ser valorizados e respeitados a partir de seus modos de trabalho e seus conhecimentos tradicionais.

Os princípios agroecológicos vêm casar com esta visão holística da segurança e soberania alimentar em busca de superar os padrões convencionais de produção que empurram aos pequenos produtores pacotes tecnológicos ineficazes que os tornam consumidores dependentes do grande capital agropecuário mundial.

As técnicas agroecológicas de produção, bem como os sistemas agroflorestais como fruto destas técnicas, possuem grande potencial de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional do Amazonas, além de poder contribuir ambientalmente com a recuperação de solos e o fortalecimento da biodiversidade de sementes nativas e cultivos.

A Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas

Compartilhar de um projeto que tenha um caráter coletivo, é traduzir o sentido de pertencimento a um grupo, que pode fluir naturalmente, quando os sujeitos se reconhecem como elementos indispensáveis no processo de organização social.

A organização é o conceito crucial, o nó que liga a ideia de inter-relação à ideia de sistema. Saltar diretamente das inter-relações ao sistema, retroceder diretamente do sistema às inter-relações, como fazem os sistemistas que ignoram a ideia de organização, é mutilar e desvertebrar o próprio conceito de sistema. A organização, portanto: transforma, produz, religa, mantém este sistema (MORIN, 2008: 164).

A partir desse pressuposto e da reflexão da associação do termo participação, organização e sistema, remete-nos o autor, à compreensão das noções de sujeito, autonomia e auto-eco-organização. Esta capacidade do sujeito o torna auto-organizador do seu processo vital e não exclui a dependência relativa ao mundo exterior, aos grupos, à sociedade e ao ecossistema. Então a auto-organização é na verdade auto-eco-organização, porque a transformação extrapola o seu ser (PETRAGLIA, 1995, p.61).

Foi nesse contexto, de construção da coletividade, que foi criada a Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES). As reuniões mensais foram essenciais para o surgimento e constituição da rede de agricultores e artesãos da AGROUFAM.

A APROARTES nasceu com a finalidade de construir a base de legitimação desses produtores, ou seja, a rede para fortalecer a produção agroecológica e a certificação participativa da produção.

De acordo com SCHMITT (2013), “a autonomia dos agricultores na gestão familiar e/ou coletiva figura como um componente essencial para a continuidade e ampliação dessas iniciativas.

A fundação da APROARTES (Figura 1), ocorreu no dia 09 de outubro de 2014, no Auditório Sumaúma, bloco da Faculdade de Ciências Agrárias 01, mini campus, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, contou com a presença de agricultores familiares, artesãos, extrativistas de diversas comunidades participantes da AGROUFAM, visitantes e agentes de extensão da linha transversal Organização Social e Potenciais Mercados (OSIM).



Figura 1: Assembléia de criação da APROARTES. Fonte: NUSEC, 2015

As reuniões mensais tornaram-se espaço para avaliar e planejar a AGROUFAM e gerar demandas de capacitação para os participantes. Nesse sentido, ocorreram oficinas de capacitação como Associativismo, Cooperativismo, Formação de lideranças e palestra sobre o PRONAF (Figuras 2 e 3)) e boas práticas de manipulação e venda de alimentos, certificação participativa, produção agroecológica, dentre outras temáticas inerentes a qualificação profissional desses produtores.

Considerações Finais

O contato realizado diretamente entre produtor e consumidor e o estímulo a se estabelecer uma relação mais cooperativa entre estes dois atores, são exemplos empíricos dos benefícios diretos da feira no que tange a transferência direta de renda ao agricultor – sem a presença de agentes de comercialização –, a valorização de seu trabalho, sua segurança salutar e de trabalho ao dispensar o uso de químicos e a possibilidade de maiores ganhos. Sob a ótica dos consumidores, a garantia da qualidade do cultivo, sua segurança alimentar e nutricional, além da acessibilidade a menores preços.

São inegáveis os avanços da agricultura familiar sendo reconhecida como ocupação e tendo uma série de políticas e programas para o seu fortalecimento. Contudo, muito há que se avançar para que os pequenos produtores tenham condições adequadas de assessoria, acesso a insumos, escoamento e acesso a mercados para fomentar sua produção. E que esta seja pautada pela transição ou estabelecimento das práticas agroecológicas, utilizando o que o agricultor possui em sua localidade e reduzindo a dependência de insumos externos, muitas vezes importados.

Atualmente, a feira apresenta um dos poucos espaços onde a população de Manaus pode adquirir produtos agroecológicos diretamente com o produtor familiar. A experiência adquirida não somente será combustível para o aprimoramento das atividades de organização e comercialização dos expositores e da coordenação da AGROUFAM no espaço físico e simbólico da feira, como também para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades dos agricultores familiares.

O uso de técnicas agroecológicas pelos agricultores nos seus sistemas de produção, e, na outra ponta, o consumo destes alimentos pela população são importantes ações que, embora aparentemente pequenas, são grandes em sua essência crítica

para a transformação dos hábitos de consumo atuais, configurando-se em um movimento de contra-hegemonia. Os benefícios são diversas vias de mão dupla: enquanto o produtor garante soberania e segurança alimentar da população, o consumidor retribui garantindo a soberania econômica e cultural do produtor, além de contribuir para a valorização do seu trabalho e produto.

A transição para um sistema agroecológico requer interações que se estabelecem entre processos sociais e processos ecológicos na co-produção do desenvolvimento rural. Isso implica um movimento complexo e não linear, ou seja, uma construção social entre agricultores, sociedade civil e representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão no contexto da transformação ambiental na agricultura.

Referências

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. PNUMA, México: Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. Ed. 1, 2000.

ANJOS, F. S. dos; GODOY, W. I. & CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

BRASIL. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei Nº 11.326, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. **Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Decreto Nº 4.723, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6>. Acesso em: 22 jan. 2016

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolviment_o.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/ SAF/ DATER-IICA, 2004.

LITTLE, P. E. **Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2000.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2008. 2 ed. 479p.

MORUZZI, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas: Unicamp, p. 78-87, 2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A História da Luta pela Terra**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. **Relatório Técnico Parcial**. 2015, 190 p.

PETRAGLIA, I. C. **A educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 115p.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Globalização: fatalidade ou utopia?** 3 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização** – Do Pensamento Único à Consciência Universal. 6 ed. São Paulo: Ed. Record, 2001.

SCHMITT, C. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição** agroecológica. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: Um guia prático. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar – MDA. Gráfica da Ascar - Emater-RS, 2006.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.